

Um passo à frente, mas dois para trás

COP27 chega ao fim com criação histórica de um fundo de perdas e danos para países vulneráveis. Porém, decepção ao não limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C até 2100, nem avançar no que diz respeito à eliminação de combustíveis fósseis

» PALOMA OLIVETO

Uma vitória e duas derrotas resumem o encerramento de uma das mais longas conferências climáticas da ONU já realizadas. A criação de um fundo para indenizar os países mais vulneráveis às mudanças climáticas foi uma conquista histórica — desde a Eco92, há três décadas, o grupo de nações em desenvolvimento apresenta a pauta, sem sucesso. Pela primeira vez em uma COP, o chamado mecanismo de perdas e danos não só entrou na agenda oficial, como no texto final, divulgado por volta das 5h (horário local) em Sharm el-Sheikh, no Egito. Por outro lado, a declaração decepcionou ao não mencionar petróleo e gás como combustíveis fósseis que precisam ser eliminados e por não enfatizar a necessidade de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C até o fim do século.

De uma forma geral, o texto da 27ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP27) foi bem recebido, mas também bastante criticado no que se refere ao combate ao aquecimento global. Alguns avanços em relação à COP anterior, em Glasgow, incluem a citação, pela primeira vez, dos pontos de inflexão, quando não há como reverter os danos provocados pelas emissões de CO2 na atmosfera.

Os rascunhos da conferência de 2021 faziam essa menção, que foi retirada do documento final. Também foi novidade a inclusão do termo “soluções baseadas na natureza”, ou seja, redução de desmatamento e incentivo ao reflorestamento como estratégia de contenção das mudanças climáticas.

Outra novidade no documento final foi a menção à insegurança alimentar como consequência direta do aquecimento global. O texto, porém, é vago e não detalha o papel dos sistemas agrícolas na produção de carbono. Diz que os países reconhecem “a vulnerabilidade particular do sistema de produção dos alimentos aos impactos adversos das mudanças climáticas”, sem se estender.

Vulneráveis

Uma das arquitetas do Acordo de Paris, a economista Laurence Tubiana, presidente da European



Hall do centro de convenções de Sharm el-Sheikh deserto no encerramento da conferência: combate ao aquecimento global desaponta

Ficou para 2023:

- » Definir as regras do novo fundo de perdas e danos;
- » Incluir petróleo e gás na lista dos combustíveis que precisam ser substituídos gradativamente;
- » Cobrar reduções de emissões mais ambiciosas, para cumprir a meta de não ultrapassar 1,5º no aumento de temperatura até o fim do século.

Climate Foundation, destacou, em nota, a importância do fundo de perdas e danos, que deve começar a valer no próximo ano. “Há muito a ser feito e detalhado, mas o princípio está em vigor e isso é uma mudança de mentalidade significativa.” Os rascunhos falavam em direcionar o fundo para os países em desenvolvimento, o que aju-

dou a bloquear a pauta e estender a COP até domingo.

No documento aprovado, foi especificado que os beneficiados serão aqueles mais vulneráveis às mudanças climáticas. Com isso, ficaram de fora, como queriam os Estados Unidos e a União Europeia, nações como China e Índia, que, embora em desenvolvimento, estão entre os quatro maiores emissores mundiais de CO2. O enviado especial do clima norte-americano, John Kerry, afirmou, no discurso de encerramento da conferência, que os EUA “estão satisfeitos em apoiar o novo fundo.

Em princípio, Kerry se posicionou contra, mas concordou com o mecanismo indenizatório depois que foi assegurado que não haverá responsabilidade legal pelos danos climáticos causados a outros países. “O fundo, que será um entre muitos caminhos disponíveis para financiamento voluntário, deve ser projetado para ser eficaz e atrair uma base de doadores ex-

pandida”, disse o representante do governo de Joe Biden.

Se o reconhecimento de perdas e danos foi celebrado por delegações, especialistas em políticas climáticas e ambientalistas, quanto à mitigação (redução das emissões), a COP27 decepcionou. Com mais de 600 lobistas do petróleo circulando pelo centro de convenções de Sharm el-Sheikh e forte pressão da Rússia e da Arábia Saudita, a declaração final da conferência só cita a redução gradual do carvão, o que já estava no documento de 2021.

Petróleo e gás não foram nominados no texto, que fala apenas em “formas obsoletas de combustíveis” e na necessidade de mais fontes energéticas renováveis. A expectativa é que a questão não avance em 2023, com a realização da COP28 em Dubai.

Sem ambição

Outro golpe para quem esperava um alinhamento maior

da conferência com as evidências científicas. Havia uma forte expectativa de “manter o 1,5°C vivo”, uma campanha encabeçada pelo parlamentar britânico Alok Sharma, que presidiu a COP26. Desde o Acordo de Paris, em 2015, relatórios indicaram que um aumento de temperatura superior a 1,5°C até o fim do século será catastrófico.

Esperava-se que a conferência da África enfatizasse essa meta, mas não houve avanços. O texto assemelha-se ao construído há sete anos na capital francesa: reconhece a importância desse limite, mas aceita também que se chegue a 2°C em relação à era pré-industrial.

“De forma geral, o resultado da COP27 pode ser considerado decepcionante. O texto final não demonstra a ambição necessária para alcançarmos a meta de 1,5°C estabelecida pelo Acordo de Paris e o chamado plano de implementação é fraco e incipiente. Nunca es-

» Atuação apagada

Fora das salas de negociação, um destaque da COP27 foi a presença, na quarta-feira, do presidente brasileiro eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. O discurso do líder brasileiro foi bem recebido na conferência e comemorado com gritos de “O Brasil voltou”. Por sua vez, a atuação da delegação do país foi considerada apagada. Na sexta-feira, data oficial de encerramento da conferência, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, não compareceu ao centro de convenções do balneário de Sharm el-Sheikh, preferindo dar um mergulho no Mar Vermelho.

tiveram tão claros o greenwashing de países e empresas e o desalinhamento entre ciência e política como nesta COP”, analisa Maurício Vovodic, diretor geral do WWF-Brasil.

“Ao concordar com um fundo sem detalhes e permanecendo sem o compromisso de eliminar os combustíveis fósseis, aceitamos tecnicamente pagar por danos futuros, em vez de evitá-los”, avalia, por sua vez, Sven Teske, diretor de pesquisa do Instituto de Futuros Sustentáveis na Universidade Tecnológica de Sydney, na Austrália. “Sete anos atrás, 196 países adotaram o Acordo Climático de Paris para limitar o aquecimento global bem abaixo de 2°C, de preferência a 1,5°C. O principal objetivo da conferência do clima COP27 era garantir que esse objetivo seja implementado. As negociações climáticas em Sharm El-Sheikh foram uma verdadeira decepção, pois a declaração da COP27 não exige uma eliminação obrigatória dos combustíveis fósseis.”

Em nota, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, disse que “nosso planeta ainda está na sala de emergência”. “Precisamos reduzir drasticamente as emissões agora — e esta é uma questão que a COP não abordou. A linha vermelha que não devemos cruzar é a que leva nosso planeta acima do limite de temperatura de 1,5°C”, assinalou.

EROSÃO

Nível do mar ameaça costas rochosas

As costas rochosas, que representam mais da metade desse tipo de habitat no mundo, podem recuar mais rapidamente no futuro devido ao aumento acelerado do nível do mar. É o que diz um estudo do Imperial College London, que modelou as prováveis taxas futuras de retração de penhascos de dois ambientes litorâneos no Reino Unido. As previsões são baseadas nos vários cenários de emissões de gases de efeito estufa, que provocam as mudanças climáticas.

O estudo descobriu que as costas rochosas, tradicionalmente consideradas estáveis em comparação com arenosas e pequenas falésias, provavelmente recuarão a uma taxa não vista em 3 mil a 5 mil anos. Nos locais de estudo do Reino Unido — em Yorkshire e Devon — isso fará com que os penhascos

sofram uma retração entre 10m a 22m para o interior. O índice de erosão é, provavelmente, entre três e sete vezes o de hoje, e potencialmente até 10 vezes.

“Algumas falésias já estão desmoronando e, no próximo século, as taxas de erosão da costa rochosa podem aumentar 10 vezes. Mesmo as que permanecerem estáveis nos últimos 100 anos provavelmente responderão ao aumento do nível do mar até 2030”, disse o autor sênior do estudo, Dylan Rood, do Departamento de Ciências da Terra do Imperial College. Globalmente, as costas abrigam centenas de milhões de pessoas e centenas de bilhões de dólares em infraestruturas, como residências, empresas, usinas nucleares, conexões de transporte e agricultura.

Mark Robinson/Divulgação



Litoral de Devon, no Reino Unido: penhascos poderão recuar até 22m

Prioridade

Os pesquisadores estão pedindo aos formuladores de políticas e seguradoras que tomem medidas para classificar as costas rochosas como áreas de alto risco

no planejamento futuro da resposta às mudanças climáticas, assim como atingir o net zero (meta de redução de emissões de gases de efeito estufa) como prioridade. “A erosão da costa rochosa é irreversível: agora é a hora de

limitar o futuro aumento do nível do mar antes que seja tarde demais. A humanidade pode controlar diretamente o destino de nossas costas reduzindo as emissões de gases de efeito estufa — o futuro de nossas costas está em nossas mãos”, acrescentou Rood. O trabalho foi publicado na revista *Nature Communications*.

O novo estudo é o primeiro a validar os cenários da erosão esperada das costas rochosas a partir do aumento do nível do mar, usando dados observacionais em escalas de tempo pré-históricas. Pesquisas anteriores se concentraram, principalmente, em modelos teóricos de litorais arenosos e falésias. Os novos resultados sugerem que, à medida que o nível do mar continua subindo, a taxa de erosão costeira rochosa também se acelera.

“O aumento do nível do mar está acelerando e nossos resultados confirmam que o recuo da costa rochosa acelerará de acordo com isso. Não é uma questão de se, mas quando”, destaca a autora principal, Jennifer Shadrich, do Departamento de Ciência e Engenharia da

Terra do Imperial. “A notícia mais positiva é que, agora que temos uma ideia melhor de magnitudes e escalas de tempo, podemos nos adaptar de acordo com isso. Quanto mais dados tivermos sobre os efeitos das mudanças climáticas no aumento do nível do mar e na erosão costeira, mais podemos nos preparar, defendendo políticas urgentes que protegem as costas e suas comunidades”.

“A implicação é que as costas rochosas são mais sensíveis ao aumento do nível do mar do que se pensava anteriormente. Precisamos prestar mais atenção em como elas continuam a se desgastar à medida que o nível do mar aumenta”, comentou o co-autor do estudo, Martin Hurst, da Universidade de Glasgow. “Os riscos elevados de erosão em nossas costas continuarão ao longo deste século. Mesmo que alcancemos o net zero amanhã, uma quantidade substancial de aumento do nível do mar já está incorporada, pois nosso clima, geleiras e oceanos continuam a responder às emissões que já ocorreram.”